

# **O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM TEA-TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REDE REGULAR DE ENSINO: ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR**

Elisângela Costa de Moraes<sup>1</sup>  
elis\_costa1994@hotmail.com

Franceliza Monteiro da Silva Dantas<sup>2</sup>  
francedantas@ufersa.edu.br

## **RESUMO**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que impacta em dimensões do desenvolvimento humano, em muitos casos, traz dificuldades na aprendizagem. Porém, na Educação Inclusiva, reconhece-se que os sujeitos são heterogêneos, que aprendem e se desenvolvem de maneiras distintas e coloca às escolas na atualidade, um desafio em desenvolver práticas pedagógicas que favoreça a aprendizagem de todos. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo geral refletir acerca das práticas pedagógicas no processo de inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino. Já os objetivos específicos foram: apontar os principais desafios para promover a inclusão escolar dos alunos com TEA e identificar estratégias e metodologias adotadas pelos profissionais da educação nos estudos que tratam sobre práticas pedagógicas inclusivas. Possui como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, apoiando-se em estudos já existentes para fomentar e solucionar o problema gerado nesta pesquisa. Neste sentido, a partir dos resultados obtidos com a pesquisa, destacamos que as escolas atuais ainda enfrentam diversos desafios para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos, mas que as práticas pedagógicas podem contribuir para garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades possam aprender e participar de maneira equitativa no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Inclusão Escolar. Transtorno do Espectro Autista. Práticas Pedagógicas.

**Data de submissão:** 29.08.2024

**Data de aprovação:** 29.08.2024

---

<sup>1</sup>Pedagoga. Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (IFRN).

<sup>2</sup> Doutora em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PPGEL/UFRN).

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação inclusiva é marcada por avanços legislativos e pedagógicos que contribuíram para o surgimento de uma abordagem educacional que busca identificar os obstáculos que o aluno enfrenta contribuindo, assim, para rompimento de barreiras da exclusão, garantindo a inclusão de pessoas no sistema educacional. Esta abordagem não se limita a atender apenas aos alunos com deficiência ou com alguma dificuldade, mas ela busca “as iniciativas que visam à adoção de posições inovadoras para a educação de alunos em geral” (MANTOAN, 2003, p. 22).

Conforme a Constituição Federal, no Artigo 205, a Lei define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Estabelecendo ainda com um dos princípios da educação à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, o que nos coloca a pensar sobre as estratégias utilizadas para cumprir com o dispositivo e nos põem a refletir a respeito da importância da inclusão para assegurar a educação como um direito de todos.

Sendo assim, quando abordamos sobre educação inclusiva logo pensamos em práticas inclusivas que atenda aos alunos da Educação Especial e a todos os alunos com suas subjetividades.

Quando tratamos do termo “Educação Inclusiva”, não estamos falando apenas de estudantes com deficiência. Trata-se de pensar e ressignificar novas relações que possibilitem práticas pedagógicas que considerem as diferenças entre os estudantes, que não são categorizados e pré-definidas em suas habilidades, para tanto, precisamos redesenhar a escola considerando as diferenças e ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem de todos. (BEDAQUE, 2015, p.13).

Nesse pressuposto, a Educação Inclusiva é um modelo educacional que visa promover condições de acesso e permeância à educação de qualidade aos alunos independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais e intelectuais. Ainda, segundo Mantoan (2003, p. 16), a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Em conformidade a isso temos a Declaração de Salamanca que passou a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. No qual para a Declaração “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças aprendam juntas,

sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter”. (UNESCO, 1994, p. 5).

Esse modelo de educação baseia-se no princípio de promover a igualdade nas oportunidades aprendizados para todos os alunos, possibilitando que todos venham aprender juntos, se possível na mesma sala de aula. Nessa perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação.

Dentre dos sujeitos que são abordados na Educação Inclusiva e que são atendidos pela a Educação Especial estão alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado pela presença de comportamentos atípicos causado pela disfunção neurológica que afeta o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas, motoras e linguísticas.

Além de tudo, as crianças autistas apresentam interesses restritos e muitas vezes limitações no seu desenvolvimento, o que dificulta o processo de ensino e aprendizagem. Para que o desenvolvimento de crianças com autismo aconteça, são recomendados tratamentos com uma equipe multidisciplinar e na escola é necessário que se pense em práticas que incluam a criança, desse modo, cabem aos professores e a escola de maneira geral e coletiva quem busquem por caminhos, metodologias e recursos que transpasse as barreiras do transtorno do Espectro Autista e dos problemas educacionais.

Na Declaração de Salamanca, a escola e o projeto político pedagógico devem adequar-se as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado (UNESCO, 1994, p. 5).

Diante do exposto, surge a necessidade de buscarmos compreender a relevância das práticas pedagógicas nesse processo, especialmente com crianças autista. Desse modo, nos sentimos provocadas no seguinte sentido: como as práticas pedagógicas podem contribuir para o desenvolvimento eficaz e inclusivo dos alunos com TEA na rede regular de ensino?

Com base nessa indagação, estabelecemos alguns objetivos a serem desenvolvidos durante a pesquisa, e o principal deles, é refletir acerca das práticas pedagógicas no processo de inclusão dos alunos com TEA na rede regular de ensino.

Delimitados também os objetivos específicos que são: apontar os principais desafios para promover a inclusão escolar dos alunos com TEA e identificar estratégias e metodologias

adotadas pelos profissionais da educação nos estudos que tratam sobre práticas pedagógicas inclusivas.

Metodologicamente o estudo irá se desenvolver a partir de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, onde se apoiará em pesquisa já existente para fomentar e solucionar o problema gerado no estudo. Segundo Gil (2018), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material bibliográfico já elaborado, constituído especialmente de artigo e de livros. O levantamento se constituirá de artigos, monografias, dissertações e teses que abordem sobre a temática estudada. O trabalho encontra-se fundamentado em autores como Souza e Lira (2024) no qual discutem acerca dos obstáculos enfrentados para a inclusão de crianças com TEA no contexto, em Oliveira (2020) explanam a respeito de como as práticas pedagógicas têm sido desenvolvidas pelos profissionais da educação para atender a crianças autistas e entre outros. A pesquisa também se baseia em documentos e Leis que respalda a educação e direcionam para princípios inclusivos como a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) e a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994).

Quanto à organização deste trabalho, o mesmo se encontra dividido em quatro tópicos, sendo este primeiro referente às considerações iniciais com introdução ao tema, incluindo a contextualização, juntamente com aspectos metodológicos, questões de pesquisa, objetivos e a problemática que nortearão o estudo.

O segundo tópico titulado de “o autismo na sala de aula: os desafios na efetivação da inclusão”. No qual está destinado para abordar de maneira sucinta os marcos histórico da história da inclusão escolar e os principais obstáculos frente à educação inclusiva do TEA.

No terceiro “a contribuição das práticas pedagógicas no desenvolvimento do aluno com TEA”. Neste tópico, buscamos refletir sobre a contribuição de algumas práticas pedagógicas utilizadas no ensino regular com crianças autistas.

E no quarto tópico, apresentamos as considerações finais de nossa pesquisa, destacando as reflexões sobre o processo de inclusão e das práticas pedagógicas no ensino da criança com autismo, como também, apontar se a pesquisa conseguiu atender aos objetivos propostos.

A inclusão escolar de alunos com o TEA é uma temática crescente no campo da educação, como também na saúde e na psicologia. Conforme Souza e Lira (2024), a complexidade e diversidade dos desafios enfrentados por essas crianças demandam um aprofundamento teórico e prático que permita a criação de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

De tal modo, o presente trabalho trata sobre a necessidade de abordar a inclusão apresentando relevância no âmbito educacional e social, pois possibilita pensarmos e refletirmos acerca das práticas pedagógicas e em novas estratégias para utilizarmos em sala de aula e no cotidiano das escolas com as crianças e alunos que estão inseridos na Educação Especial, especialmente com TEA, trabalhando com o propósito de incluir efetivamente e integralmente esse público na educação.

## **2 O AUTISMO NA SALA DE AULA: OS DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO**

O Transtorno do Espectro Autista é classificado com o transtorno do neurodesenvolvimento que segundo o Manual de Distúrbios Mental, em sua quinta edição (DSM-5), feita pela Associação de Psiquiatria Americana (APA, 2013), pontua que o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que impacta em dimensões do desenvolvimento humano: sociocomunicativa e comportamental, persistentes na comunicação e na interação social. O transtorno também traz prejuízo na linguagem e no sensorial do indivíduo e ainda apresenta comportamentos freqüentemente manifestados por padrões restritos e repetitivos.

Para Souza e Lira (2024), essas características apresentam desafios significativos para a inclusão escolar, um direito garantido por políticas públicas que buscam promover a equidade e a diversidade nas escolas.

Quando abordamos sobre a inclusão do autista no contexto escolar, evidenciamos uma história semelhante a da pessoa com deficiência, Segundo Santos e Tavares (2022), os primeiros casos clínicos de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista contam uma história marcada por lutas, desafios, incertezas, negação de direitos, segregação e exclusão social. Dessa forma, buscamos compreender acerca desse processo até a efetivação da inclusão no âmbito educacional, dos avanços e dos desafios.

Na escola inclusiva os estudantes são ouvidos, suas ideias são compartilhadas, sua participação é incentivada e valorizada. O reconhecimento das singularidades e a compreensão que todos estão num processo contínuo de transformação, que não está previamente determinado, permitem que os espaços educacionais sejam mais abertos, dinâmicos e potencializadores de aprendizagem. (BEDAQUE, 2015, p. 13).

Diante do exposto, compreendemos a escola inclusiva como um espaço que acolhe e atende a todos os seus alunos, valorizando suas singularidades e respeitando suas diferenças. Na Educação Inclusiva, reconhece-se que os alunos são sujeitos heterogêneos, que aprendem

e se desenvolvem de maneiras distintas. Além disso, considera-se a criança ou o aluno como sujeito de direito, colocando-o como foco central de toda ação educacional. No entanto, nem sempre foi assim.

Sabe-se que a trajetória da educação inclusiva no Brasil passou por diversas fases e marcos importantes ao longo dos anos, e também por muita luta. Sendo que anteriormente, as pessoas com deficiência eram vítimas de abandono e de negligência, no qual havia uma ausência total de atendimento para esse público. As pessoas com qualquer deficiência eram abandonadas, perseguidas e excluídas da sociedade devido às suas condições atípicas.

A história da Educação Especial no Brasil tem marcos fundamental, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos localizados no Rio de Janeiro, por iniciativa do Governo Imperial. Emerge nesse cenário, a fase da institucionalização, no qual os discentes com deficiência física, sensorial ou intelectual eram segregados da rede regular.

Para Bedaque (2015), não havia tanta preocupação com a educação das pessoas com deficiência até meados do século XX, principalmente por parte do Estado.

Já conforme Barbosa, Fialho, Fiuza e Machado (2018), emergiu no século XX, com maior ênfase a defesa do paradigma da inclusão como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa dos direitos de todos os alunos e estarem aprendendo e participando juntos, sem nenhum tipo de discriminação.

Já com o Transtorno do Espectro Autista passou por algumas definições até chegar a ser classificado com o transtorno do neurodesenvolvimento, conforme Santos e Tavares (2022), na década de 1940, o autismo esteve atrelado à psicoses infantil, retardo mentais e aos sintomas negativos da esquizofrenia, instigando pesquisadores e profissionais das diversas áreas do conhecimento neuropsicossocial. E só foi através do Manual de Distúrbios Mentais, em sua quinta edição (DSM-5) em 2013, que teve uma mudança em relação à classificação do autismo.

O processo inclusivo passa a ser presente a partir da década de 90 seja através das leis, de movimentos ou de criação de documentos que o fundamentam, onde segundo os seguintes autores Pedrosa, De Oliveira, Monique e Sedícias (2018, p.02), destacam que:

Desde a década de 90, vários movimentos têm surgido com a finalidade de inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na escola. A Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), juntamente com a Convenção de Direito da Criança (UNESCO, 1988) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), estabeleceu-se que toda pessoa

(criança, jovem e adulto) deveria usufruir das oportunidades escolares e participar da sociedade assim como toda criança. (PEDROSA; DE OLIVEIRA; MONIQUE; SEDÍCIAS, 2018, p. 02).

No ano de 1994 a Declaração de Salamanca veio para mudar ainda mais o cenário da educação mundial, documento elaborado na Espanha o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Essa declaração ainda enfatiza a real necessidade da inclusão educacional das pessoas que apresentam qualquer necessidade educacional especial, de maneira igualitária.

As mudanças ganham ainda mais força com a Constituição Federal, de 1988, que estabelece que as pessoas com necessidades especiais tenham o direito a educação preferencialmente no ensino regular (BRASIL, 1988). E também com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 que é um dos principais marcos legais que regulamentam o sistema educacional no Brasil, no qual estabelece diretrizes para essa modalidade de ensino criada para o público com deficiência.

No artigo 58 do capítulo V da lei dispõe:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, Art. 58).

Essa modalidade abrange a todos os níveis, etapas e formais, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, expressa em seu conteúdo alguns avanços significativos para a educação especial.

Este percurso reflete de mudanças sociais, políticas e culturais que vem avançando ao longo dos anos, consolidado o direito à educação para todos, tanto para estudantes com deficiências, como com autismo e entre outros transtornos que compromete a aprendizagem e o desenvolvimento.

Já a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015 foi criada “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão e cidadania” (BRASIL, 2015).

A legislação brasileira, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), garante o direito à educação para todas as crianças, independentemente de suas condições. No entanto, a aplicação prática dessa lei enfrenta diversas dificuldades, principalmente no que diz respeito à preparação das escolas, dos professores e das famílias para lidar com as necessidades específicas das crianças autistas. A inclusão escolar não deve se limitar apenas à presença física do aluno na sala de aula, mas também deve assegurar que ele esteja ativamente envolvido no processo de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. (SOUZA; LIRA, 2024. P. 03).

Contudo, como aponta os autores acima, mesmo com todas as evoluções e conquistas no âmbito social, políticas e leis, as pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as pessoas com deficiências ainda passa por diversos desafios no contexto escolar e também social, dificuldades estas, que estão inseridas no nesse ambiente impossibilitando à inclusão e permanência de todos os alunos.

Ainda segundo Souza e Lira (2024), apontam que um dos desafios da educação inclusiva seja a falta de formação sobre o transtorno por parte dos professores. “O principal desafio é a formação inadequada dos profissionais da educação para lidar com as especificidades do autismo. Muitos educadores se sentem despreparados para atender às necessidades dessas crianças, o que pode resultar em práticas pedagógicas inadequadas” (SOUZA; LIRA, 2024.p. 9).

A formação continuada é indispensável para promover uma educação de qualidade e igualitária, por meio dela, permite que o docente conheça as características e as perspectivas de atuação das crianças autistas. Todavia, ela não é o único obstáculo enfrentado pelas escolas.

Um exemplo disso é que no espaço escolar, em lei, muitas conquistas foram alcançadas. Porém, mesmo no século XXI, com os avanços acerca da educação inclusiva, ainda é comum encontrarmos concepções errôneas sobre as impossibilidades de aprendizagem e desenvolvimento das crianças com o TEA, o que prejudica no processo de ensino e aprendizagem e influencia para práticas que incapacitam esses sujeitos, impossibilitando a participação dos alunos nas escolas e nas aulas.

Em conformidade Silva, Fonseca e Brito (2018) destacam que as crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) são alvo de concepções equivocadas acerca da impossibilidade de aprendizagem, no que se refere às especificidades na interação social, comunicação verbal e sensorialidade.

De acordo Battisti e Heck (2015), a chegada da criança com autismo na escola regular gera grande preocupação tanto por parte da família quanto da escola. Nesse momento os

profissionais da educação se questionam sobre a inclusão dessas crianças, pois a escola necessita de adequações.

Inserir a criança com autismo na sala de aula regular não é uma preocupação para a escola, mas sim, buscar maneiras de inseri - lá de forma inclusiva, onde suas necessidades sejam atendidas e tenha sua participação no processo.

No entanto, o desafio não é garantir o acesso à sala de aula, mas planejar estratégias de permanência, participação e aprendizagem e isso envolve a organização de um planejamento dinâmico, atrativo e inclusivo. Faz-se necessário considerar o aluno com TEA participante do processo de ensino e aprendizagem e não apenas um mero integrante da turma, que permanece na sala fazendo uma outra atividade que o controle, mas que não lhe possibilita o acesso aos conhecimentos escolares. (SILVA; FONSECA; BRITO, 2018, p.15).

A maior preocupação e um dos desafios para os profissionais da educação é planejar estratégias de permanência, tendo em vista que apenas inserir uma criança com autismo em sala, não é inclusão. A verdadeira Inclusão é aquela que traz possibilidades do aluno que está matriculado na escola se desenvolva junto com os demais, de maneira igualitária e cooperativa, sendo assim, necessário adaptações para subir as necessidades dos estudantes.

Souza e Lira (2024, p. 12), abordam que:

A necessidade de adaptação do ambiente escolar para atender às necessidades específicas dos autistas seja o maior impedimento. Isso inclui a implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas, o apoio de profissionais capacitados, como educadores especializados e terapeutas, e a promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo. Em suma, a inclusão dos autistas na escola requer um esforço conjunto de toda a comunidade escolar para garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas diferenças e promovendo seu pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional. (SOUZA; LIRA, 2024, p. 12).

Logo, para que a educação inclusiva realmente aconteça de maneira significativa e eficaz, é necessário o envolvimento de todos os que estão relacionados ao ensino. Dessa forma, família, comunidade, educadores, gestores escolares e demais pessoas incluídos precisam fazer parte desse processo. É essencial que o ambiente escolar tenha estrutura para acolher esses alunos, assim como é importante a sala de AEE e a presença dos profissionais especializados.

Para Souza e Lira (2024), um dos maiores desafios contemporâneos é proporcionar uma educação inclusiva, que atenda a todos os alunos sem distinção. Além disso, é crucial assegurar um trabalho educativo que seja organizado e adaptado para atender às necessidades educacionais especiais dos discentes.

Portanto, as adaptações das atividades, dos recursos e principalmente do currículo são fundamentais por buscar caminhos para erradicarem as barreiras que limitam o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento.

Nota-se que a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na educação não depende somente do professor e das práticas pedagógicas utilizadas, ela deve ser uma preocupação de toda a equipe pedagógica e equipe de Educação Especial voltada às especificidades desses alunos. Faz-se necessário um trabalho em equipe, que possa elaborar estratégias e formas de preparo para atuar com o aluno. Em alguns casos, esse precisa de um professor de apoio ou auxiliar para conseguir compreender as atividades propostas. (SOARES, 2022, p. 27).

É sempre importante ressaltar que a inclusão e a busca por práticas efetivas não cabem apenas aos professores da sala regular, e que tampouco, nada será concretizado se somente essa categoria sonda por estratégias que envolvam as crianças autistas na participação da aprendizagem. A verdadeira inclusão escolar é uma responsabilidade coletiva, cabendo a todos os envolvidos adotar atitudes e ações colaborativas que promova uma cultura escolar que valorize a diversidade.

Assim, a inclusão do estudante com autismo no ambiente escolar precisa ser planejada, estudada e operacionalizada pelas pessoas que estão envolvidas de forma direta e indireta com esse estudante. Esse processo deve ser pautado em evidências e ter o apoio de uma equipe interprofissional para que ocorra de maneira saudável para todos os profissionais envolvidos com esse estudante. (SANTOS, 2021, p.79).

Dessa forma, conforme o autor citado acima, para que a verdadeira inclusão aconteça é preciso do apoio da equipe interprofissional e de todos os demais envolvidos na educação.

### 3 A CONTRIBUIÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM TEA

O portal g1 expõe as estatísticas do órgão de saúde *Centers for DiseaseControlandPrevention*, que registrou aumento significativo do número de diagnósticos de autismo em 2023.

**Em 2000**, os Estados Unidos registraram **um caso de autismo a cada 150 crianças observadas**. **Em 2020**, houve um salto gigantesco: **um caso do transtorno a cada 36 crianças**. As estatísticas são do órgão de saúde *Centers for DiseaseControlandPrevention* (CDC), que divulgou a atualização na semana passada — já que os dados são sempre anunciados pelo menos três anos após a coleta. (PORTAL GL, 2023).

Uma a cada trinta e seis crianças recebeu diagnóstico de autismo, um número bastante crescente se comparado ao ano 2000, o que nos leva a refletir sobre como receber e atender essas crianças, tendo em vista que esse aumento reflete também na sala de aula.

Embora não haja um número exato de crianças autistas no Brasil, segundo o Censo escolar de 2021 o número de alunos autistas matriculadas nas redes de ensino foi de 294.394, representando aumento de 280% na comparação com 2017, quando havia 77.102 alunos.

As crianças autistas, em alguns casos, apresentam comportamentos atípicos e muitas vezes limitações no seu desenvolvimento, o que dificulta o processo de ensino e aprendizagem. E para que o desenvolvimento dessas crianças aconteça, são recomendados tratamentos com uma equipe multidisciplinar e na escola é necessário que se pense em práticas que incluam a criança, sendo importante, desse modo, que toda a comunidade escolar busque caminhos, metodologias e recursos capazes de gerar atratividade e a inclusão ao ensino.

Em conformidade Battisti e Heck (2015) defendem que, existem inúmeras formas de se trabalhar com as crianças autistas e com isso alguns métodos são utilizados para uma melhor inclusão desses alunos, mas não existe uma receita pronta, é preciso investir no acolhimento e na mediação da aprendizagem.

Dessa maneira, é necessário se pensar em como receber esse público na sala de aula regular, no que pode ser proposto e desenvolvido, atendendo suas necessidades e inserindo-as de maneira integral. E as práticas pedagógicas têm uma importância muito grande nesse processo.

Para Tardif (2002), a prática pedagógica é construída no processo de aprender fazendo e conhecer fazendo, essas prática são carregadas de histórias de vida do professor, nos quais influenciam em sua atuação profissional.

Na educação com crianças autistas, a visão sobre as práticas pedagógicas não podem ser diferentes, segundo Oliveira (2020), o papel do professor vai muito além de passar as bases curriculares, ele faz parte de um processo de formação de competências para a vida. No qual deve ser buscar se aperfeiçoar e refletir sobre suas ações pedagógicas.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: Currículos,

métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades”. (BRASIL, 1996).

Como já ressaltado anteriormente, é dever da escola aprender a conviver com as diferenças e traçar por caminhos que levem de fato a inclusão, como currículo, métodos, técnicas, recursos e atividades adaptadas e entre outros caminhos.

As práticas pedagógicas direcionam-se para a existência de uma escola inclusiva, desempenhando um papel crucial na formação e no desenvolvimento da aprendizagem de alunos autistas, pois possibilita oferecer oportunidades educacionais adequadas no qual atendem e respeitam as necessidades específicas e as limitações de cada sujeito.

Como vimos no tópico anterior, um dos desafios da educação é que alguns profissionais não sabem lidar com o TEA e com suas particularidades, o que reflete muito na falta de conhecimento para desenvolver sua prática com crianças atípicas. Para Oliveira (2020), o transtorno do espectro autista é uma manifestação que pode aparecer nos primeiros anos de vida, possuindo no seu espectro as incertezas que dificultam na maioria dos casos um trabalho diferenciado.

E ensinar de maneira diferenciada, rompendo com a educação tradicional e conservadora, abrangendo com a heterogeneidade dos indivíduos tem demandado estudos e indagações. Battisti e Heck (2015) concordam afirmando que, para que o educador consiga fazer essa relação sobre o que e como ensinar o aluno com autismo é necessária formação adequada, caso contrário a metodologia utilizada em sala não servirá para alcançar o objetivo desejado, que é a aprendizagem. E dessa forma, destacamos sobre a importância do docente está sempre se atualizando.

O professor precisa de inquietação, da busca, de pesquisas para encontrar respostas aos questionamentos e aos desafios do cotidiano da sala de aula. Isso deixa visível sobre a necessidade da formação contínua por parte dos educados.

Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma – porque professor – como pesquisador (FREIRE, 1996, p. 16). O autor enfatiza a importância da reflexão crítica e da pesquisa permanente dos educadores.

Outra ação relevante é a adaptação do currículo escolar, segundo Oliveira (2020) destaca que um dos caminhos para a prática pedagógica de crianças com TEA é a própria adequação curricular, que pode ser entendida como uma estratégia didática metodológica para que os alunos possam se beneficiar da proposta escolar.

Outro fator importante para a educação do autista é o currículo. Este deve levar a autonomia do sujeito, tornando-o capaz de desenvolver atividades do cotidiano, que atue no desenvolvimento da autonomia da criança autista. Pois, quando a escola aplica na prática o que há na teoria, novos conhecimentos e comportamentos passam a ser desenvolvidos no aluno, e assim seus déficits sociais passam a ser ultrapassados e a escola se tornará verdadeiramente inclusiva. (BATTISTI; HECK, 2015, p. 20).

Com a adaptação do currículo se leva em conta as particularidades de cada sujeito, possibilitando que todos tenham acesso a educação inclusiva de qualidade. Nesse processo de adaptação conta com os ajustes na metodologia, nos conteúdos, nos recursos e nas avaliações considerando as necessidades e potencialidades individuais de todos os alunos. Para Souza e Lira (2024), para promover a inclusão efetiva é necessário adaptar o currículo escolar para atender às necessidades individuais dos alunos com autismo.

Sendo assim, pode-se dizer que a adaptação do currículo para atender às necessidades do aluno é algo indispensável na escola, essa adaptação garante que ele possa aprender de acordo com seu ritmo e capacidade e garante a participação ativa no ambiente escolar regular. E ainda segundo os autores citados acima Souza e Lira (2024), essas adaptações podem incluir a utilização de recursos visuais, a criação de rotinas estruturadas e a implementação de estratégias de ensino que favoreçam a aprendizagem significativa.

A criação de rotina, recursos táteis e visuais podem ser ferramentas que ajudará a favorecer a aprendizagem do aluno autista. Segundo Battisti e Heck (2015), além das técnicas que deve-se utilizar em sala, a rotina para estas crianças é fundamental para que consigam se organizar no espaço e tempo e assim consigam aprender. Manter a rotina com esses aluno é algo importante em sala e para aprendizagem dos mesmos, pois a quebra de rotina pode desencadear em comportamentos agitados no qual o aluno se recusará realizar as atividades planejadas.

Alunos com Transtorno do Espectro Autista apresentam, em alguns casos, o interesse e habilidades específicos, e trabalhar com essas crianças por meio de métodos tradicionais pode dificultar no interesse e na participação do ensino.

Despertar o interesse da criança nas atividades em sala de aula pode ser uma ótima estratégia. Pensando nisso, trabalhar utilizando-se de metodologias mais atrativas, adaptando as atividades, utilizando recursos concretos, visuais e lúdicos podem facilitar no envolvimento do aluno durante as atividades e contribuindo para a aprendizagem.

As crianças e os adolescentes autistas têm a possibilidade de interagir com outros colegas e participar das atividades didáticas e lúdicas, considerando a mediação dos professores e a interação social com outros estudantes

favorece as relações interpessoais e contribuem para o desenvolvimento dos estudantes com TEA. (SANTOS, 2021, p.110).

Por meio da mediação do professor e com atividades adaptas, atrativas e didáticas pode ser trabalhado os conteúdos da sala, a interação social dos alunos, a participação contribuindo para uma aprendizagem mais significativa.

A organização da sala de aula também pode ser um caminho possível para favorecer a aprendizagem e o interesse da criança, o ambiente bem pensando, organizado, de maneira que chame atenção, contribui para inclusão do aluno.

A sala de aula precisa ser um espaço atrativo, inovador em que a criança autista possa sentir-se a vontade para o estabelecimento de mínimas relações de confiança para com o grupo do qual é integrante. Nesse ambiente, precisa conter objetos que lhe chamem atenção e que lhe despertem o desejo de ter um contato aproximado, possibilitando a perda do medo com a experiência com o manuseio de objetos diferenciados. Sem dúvidas, a organização da sala de aula, a disposição das coisas, também contribui para que sejam aplicadas pelo professor várias possibilidades de aprendizagem. (MELO, 2016, p. 17).

Outro ponto importante que vale ser destacado é sobre o trabalho coletivo e colaborativo entre o grupo escolar, a criança autista deve está inserida dentro da sala de aula regular, contudo, nada será possível se não houver um trabalho conjunto das professoras da sala regular, com a da sala de AEE, com a equipe gestora e pedagógica e, sobretudo, com a família e com a equipe multidisciplinar que acompanha o aluno. Segundo Souza e Lira (2024), a colaboração entre escola, família e comunidade, aliada a uma abordagem multidisciplinar, é essencial para a efetiva inclusão e desenvolvimento das potencialidades dos alunos. Afinal, para pessoas autistas, que muitas vezes têm dificuldades a nível sensorial, de comunicação e entre outros, se o trabalho não for conjunto, muitos resultados não virão. Os resultados obtidos são consequência de trabalho bem pensando e planejado, mas, sobretudo de um trabalho conjunto.

Neste pressuposto, conclui-se que as práticas citadas, bem utilizadas, têm um grande papel para facilitar e favorecer o ensino do aluno com TEA no contexto da sala de aula regular, permitindo que seja trabalhada autonomia, participação, interação e outras habilidades.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desse trabalho, buscamos apresentar nossas considerações e reflexões tecidas a partir da conclusão dessa pesquisa, caracterizada como uma pesquisa bibliográfica, que

propôs como objetivo geral refletir acerca das práticas pedagógicas no processo de inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino.

De modo geral, as práticas pedagógicas são de extrema importância na inclusão de alunos autistas na sala de aula regular, elas permitem que esse público tenha acesso a educação de qualidade e possibilitam a permanência dos estudos, de maneira autônoma e participativa.

As escolas da atualidade têm enfrentado o desafio em prol de promover meios e possibilidades para oportunizar um ambiente inclusivo com práticas acolhedoras que considere os sujeitos nas diferenças e nas suas limitações e não apenas integradora. E para o envolvimento do aluno autista em sala de aula, existe uma série de estratégias e ações possíveis, que vão desde a adaptação do currículo, das atividades, das avaliações, organização da sala até a formação adequada dos profissionais da educação.

As práticas pedagógicas bem planejadas desenvolvem e ampliam as possibilidades de aprendizagem, desenvolvendo o potencial do aluno de maneira integral, facilitando e potencializando o ensino para superar com os obstáculos inerentes ao ensinar.

Sobretudo, destacamos que nenhuma prática pedagógica terá um resultado senão houver um trabalho colaborativo entre escola, família e profissionais especializados da saúde com um único escopo que é garantir a permanência do aluno na escola com oportunidades de aprender e se desenvolver. Afinal de contas, uma escola inclusiva é aquela que permite que estruturas, metodologias e estratégias de ensino atendam a todos dentro de suas particularidades e singularidades. È essas práticas inclusivas não só beneficiam os alunos atípicos, mas também contribui para a formação e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, destacamos que esta pesquisa contribuiu sobremaneira para ampliar nossa visão acerca da temática estudada e nossa formação como pesquisadoras e profissionais da educação, especialmente para aperfeiçoarmos nossas práticas pedagógicas em sala de aula, a fim de promover uma educação inclusiva que atenda a todos os seus alunos, igualitariamente.

Igualmente, desejamos despertar o interesse de estudiosos na realização de novas pesquisas que sejam capazes de trazer novos olhares e discussões sobre este tema tão importante e necessário, tanto para o processo de ensino e aprendizagem quanto para práticas educativas inclusivas que busquem inserir o aluno com TEA na aprendizagem, de maneira que o aluno interaja e sinta interesse no processo educativo.

## **REFERÊNCIAS**

Associação Psiquiátrica Americana (APA) (2013). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BARBOSA, Daniella de Souza; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos. **Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional**. Rev. Atual. Investig. Educ , San José, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15517/aie.v18i2.33213>. Acesso em 15 de julho de 2024.

BATTISTI, Aline Vasconcelo; HECK, Giomar Maria Poletto. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. Atendimento educacional especializado. Universidade Federal Rural Semi-Árido- UFRSA, Mossoró, 2015.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre princípios e métodos, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 de jun. 2024.

DALMAZO, R.; IACONO, J. P.; ROSSETTO, E. “O autismo como deficiência e sua categorização como TEA: perspectivas educacionais e desafios”. Nova Revista Amazônica, vol. 10, n. 2, 2022.

DOS SANTOS. Vanessa Nicolau Freitas; TAVARES. Phagner Ramos. A inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) na perspectiva histórico-cultural. **Revista Educação Inclusiva**. Edição especial, v.6 n.4, 2022. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/806>. Acesso em: 24 mai 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática Educativa. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORA, F. C. **Espelho, espelho meu existe alguém mais especial que eu?: a inclusão de pessoas autistas em redes regulares de ensino** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia). Salvador: UFBA, 2021.

LAZZARINI, F. S.; ELIAS, N. C. **História Social e Autismo: uma Revisão de Literatura**. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 28, n.1, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo: Moderna, 2023.

MELO, Carla Caroline Silva de. Estratégias pedagógicas direcionadas ao aluno com autismo no ensino fundamental. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em pedagogia)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NOGUEIRA, M. L. M. et al. “Transtorno do Espectro do Autismo em Minas Gerais: Panorama da Formação Médica”. Revista Educação Especial, vol. 35, n. 1, 2022

OLIVEIRA, Thaís Naiani Menezes Gomes de. A inclusão escolar e a prática pedagógica no trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista: desafios e possibilidades na atuação de profissionais da educação infantil. 2020. 151 f. Dissertação (Programa de Pós – graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020.

PEDROSA, D. H. A.; DE OLIVEIRA, D. G. S.; MONIQUE, L.; SEDÍCIAS, E. G. Transtorno do espectro autista (TEA) e a inclusão escolar. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/transtorno-do-espectro-autista-tea-e-inclusao-escolar>. Acesso: 15 jul.2024.

SANTOS, Neide Maria. Educação inclusiva: práticas pedagógicas colaborativas para estudantes com transtorno do espectro do autismo. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas, 2021.

SANTOS, V. N. F.; RAMOS, P. “A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na perspectiva Histórico-cultural”. Rein-Revista Educação Inclusiva, vol. 6, n. 4, 2022.

SILVA, A. K. B. B.; FONSECA, G. F.; BRITO, M. L. A. O estudante com autismo na educação infantil: concepções dos profissionais da sala de aula regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Revista Textura Canoas, v. 20, n. 43, p. 5-19, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/3829>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SOARES, Rosângela Teles Carminati. A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) na educação infantil: formação de professores, políticas públicas e práticas pedagógicas. 2022. 130 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu-PR, 2022.

SOUZA, Patrícia do Nascimento Lira; LIRA, Adriana do Nascimento. Autismo e inclusão escolar: desafios e inclusão. V Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 2024. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2024/TRABALHO\\_COMPLETO\\_E\\_V196\\_MD1\\_ID3660\\_TB950\\_04062024183306.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2024/TRABALHO_COMPLETO_E_V196_MD1_ID3660_TB950_04062024183306.pdf). Acesso em: 4 mai 2024.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre princípios e métodos, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 de jun. 2024.

TENENTE, L. Uma a cada 36 crianças tem autismo, diz CDC: entenda por que número de casos aumentou tanto nas últimas décadas. **Portal G1 - Educação**, 02 de abril de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/04/02/1-a-cada-36-criancas-tem-autismo-diz-cdc-entenda-por-que-numero-de-casos-aumentou-tanto-nas-ultimas-decadas.ghtml>. Acesso em: 5 abr. 2023